

Confisco, tema da Constituinte

A política de confisco salarial da aliança democrática que dá sustentação ao Governo Sarney é a mesma desenvolvida na aliança PSD-UDN, que entre as décadas de 40 e 50 sustentou o Governo Dutra. A conclusão é do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), que na sessão de ontem, da Assembleia Nacional Constituinte, retomou a questão da defasagem do salário-mínimo brasileiro, a partir de dados divulgados pelo **C O R R E I O BRAZILIENSE**. Segundo ele, a tabela que mostra as reduções em valores atualizados do salário-mínimo, que ilustrou a matéria do **CORREIO**, também já foi levantada pelo PDT em vários estudos que o partido vem realizando.

O salário-mínimo brasileiro, as perdas salariais, a defasagem dos salários foram enfocados por vários constituintes na sessão de ontem. O deputado Osvaldo Bender (PDS/RS) fez um apelo ao reajuste do salário-mínimo, "defasado desde o Plano Cruzado I".

lembrou. Amaury Muller (PDT/RS) tratou da mesma matéria. No horário destinado às comunicações de liderança, Vivaldo Barbosa, em nome do partido, elogiou "as muitas vezes que hoje se somam às nossas". Ele ressaltou que cinco dias após o lançamento do primeiro plano econômico do ex-ministro Funaro, o presidente do PDT, Leonel Brizola, já previa o confisco salarial sobre o trabalhador.

Um salário-mínimo de 43 dólares é o mais aviltante de todos, exclamou a tribuna também o líder do PTB, deputado Gastone Righi. "É menos do que ganha por dia um trabalhador norte-americano", disse ainda. Ele não foi o único a fazer comparações. Já no horário de debate de temas constitucionais, o deputado Francisco Küster (PMDB/SC) ressaltou que na França um trabalhador ganha, no mínimo, 617 dólares para trabalhar 39 horas; na Nicarágua, 152 dólares por 44 horas; no Uruguai, 74,5 dólares, por 48 horas; na Argentina 139 dó-

lares, por 30 horas.

São 17,5 milhões de trabalhadores, ou 27 por cento da força produtiva nacional (segundo Gastone Righi) ou ainda 22,3 milhões de trabalhadores, ou 42 por cento de um universo de 53 milhões de brasileiros com alguma ocupação (de acordo com Francisco Küster) que recebem hoje Cz\$ 1 mil 969,92 (US\$ 43 dólares pelo câmbio oficial). Os personagens desta "crua, vil e dura realidade", como qualificou Vivaldo Barbosa, tiveram poucos momentos de tranqüilidade.

Vivaldo retomou a tabela publicada pelo **CORREIO** para estabelecer coincidências políticas com as situações econômicas em que o salário-mínimo sofreu seus maiores confiscos na história. Em 1944 ele valia Cz\$ 3 mil 074,91; em 1947, Cz\$ 2 mil 052,60 e em 1951, Cz\$ 1.390,72. Neste ponto o deputado do PDT reforça sua conclusão de que "a aliança-predecessora do PMDB-PFL, a PSD-UDN, realizou a mesma política de confisco salarial que vemos hoje".

Planalto reexamina estabilidade

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Encontrar um dispositivo constitucional capaz de proteger o emprego e o trabalhador de tal maneira que o empregado somente possa ser demitido por justa causa. Esta é uma das principais preocupações que o presidente José Sarney tem manifestado a vários interlocutores com os quais tem conversado nos últimos dias, como um líder do PMDB. A este político, Sarney expôs seu ponto de vista sobre o mercado de trabalho que ele considera "não apenas sob a ótica econômica mas, fundamentalmente, através de um enfoque social e político".

Somente desta forma o presidente Sarney entende que será possível proteger de fato o trabalhador e sua família, assegurando-lhe a estabilidade no emprego, e não da forma como está no anteprojeto da Constituição.

ESTABILIDADE

Ele lembrou que durante a conversa com Sarney o Presidente fez referência à estabilidade que tivemos no passado considerando-a "ineficaz" na medida em que, na maioria das vezes, ao invés de beneficiar o trabalhador prejudicava-o, pois na maioria das vezes era demitido pelas empresas antes de completar os 10 anos de serviço que lhe asseguravam a estabilidade.

Aos políticos com quem tem conversado ultimamente, Sarney tem dito que espera muita criatividade por parte dos constituintes de forma a que se encontre uma fórmula jurídica que de fato beneficie os trabalhadores, protegendo ao mesmo tempo o mercado de trabalho. Outra preocupação do Presidente diz respeito ao estudo que encomendou a assessores jurídicos no sentido de encontrar um dispositivo legal que permita a recomposição salarial que prometeu. O que o Governo já decidiu é que num prazo — entre 20 e 36 meses — duplicar o poder real dos trabalhadores elevando o salário mínimo, hoje em torno de 46 dólares, para, no mínimo 100 dólares.